



3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial: Bel. José Maria Siviero

Rua Libero Badaró, n. 425, 29º andar - Centro
Tel.: (0XX11) 3116-3070 - Email: 3rtd@3rtd.com.br - Site: www.3rtd.com.br

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Nº 803.836 de 24/04/2025

Certifico e dou fé que o documento eletrônico, contendo **20 (vinte) páginas** (arquivo anexo), foi apresentado em 03/04/2025, protocolado sob nº 943.907, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **803.836** e averbado no registro nº 803.835 no Livro de Registro A deste 3º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Denominação

TRANSPARENCIA BRASIL

CNPJ nº 03.741.616/0001-01

Natureza:

NOVO ESTATUTO ELETRÔNICO

Certifico, ainda, que consta no documento eletrônico registrado as seguintes assinaturas digitais:

RAQUEL ELISA MARTONE GRAZZIOLI:42078623822(Padrão: ICP-Brasil)
JULIANA MARI SAKAI:34460223848(Padrão: ICP-Brasil)
SUSIE YUMIKO FUGIL:(Padrão: ICP-Brasil)

As assinaturas digitais qualificadas, com adoção do padrão ICP-Brasil, são verificadas e validadas pelo registrador, de acordo com as normas previstas em lei. No caso de assinaturas eletrônicas com utilização de padrões privados(não ICP-Brasil), o registrador faz apenas uma verificação junto à empresa responsável pelo padrão, a quem cabe a responsabilidade pela validade das assinaturas.

São Paulo, 24 de abril de 2025

Assinado eletronicamente

Danilo Monteiro de Campos
Escrevente Autorizado

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 231,07	R\$ 65,60	R\$ 44,90	R\$ 12,21	R\$ 15,84
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 11,03	R\$ 4,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 385,49



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site: servicos.cdtsp.com.br/validarregistro e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qr code.

00251606311130273



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital

1131834PJAA000087822FC25U

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 231,07	RS 65,60	RS 44,90	RS 12,21	RS 15,84	RS 11,03	RS 4,84	RS 0,00	RS 0,00	RS 385,49

AO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DA CAPITAL - SP

Nome da PJ: TRANSPARENCIA BRASIL

UF: SP

Cidade: São Paulo

Logradouro: Rua Professor João Marinho

Nº: 161

Complemento:

CEP: 04007-010

Representante Legal:

Nome: JULIANA MARI SAKAI

RG: 32315830

CPF: 344.602.238-48

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Internacionalista

Estado Civil:

E-mail: jsakai@transparencia.org.br

Telefone: (11) 9724-30693

REQUER a efetivação do ato abaixo indicado, apresentando os dados essenciais à identificação das partes, bem como requer a dispensa da indicação de outros dados não essenciais, nos termos do art. 4º, § 1º, do Provimento CNJ 61/2017:

AVERBAÇÃO dos documentos apresentados junto ao registro primitivo da pessoa jurídica.

CNPJ: 03.741.616/0001-01

Cartório: 3º Oficial de Registro de Pessoas Jurídicas de São Paulo - SP

DECLARA, ainda, que:

- A requerente não se enquadra nem como ME – microempresa nem como EPP – empresa de pequeno porte.

São Paulo, 02 de abril de 2025.

JULIANA MARI Assinado de forma digital
por JULIANA MARI
SAKAI:344602 SAKAI:34460223848
23848 Dados: 2025.04.02
16:18:28 -03'00'

Assinatura (a caneta ou eletrônica)

Protocolo nº 943.907 de 03/04/2025 às 09:47:10h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 803.836 em 24/04/2025 e averbado no registro nº 803.835 neste 3º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por Danilo Monteiro de Campos - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 231,07	RS 65,60	RS 44,90	RS 12,21	RS 15,84	RS 11,03	RS 4,84	RS 0,00	RS 0,00	RS 385,49



Ata de Convenção virtual

Reuniu-se, virtualmente, a Convenção da Transparência Brasil entre os dias 06 e 21 de março de 2024 para deliberar sobre as seguintes pautas:

1. Alteração do Estatuto Social;
2. Eleição do Conselho Deliberativo da Transparência Brasil para os próximos três anos.

Participaram da deliberação 13 associados, tendo eles votado os itens da pauta. Ata aprovada pela Convenção por via eletrônica, conforme o art. 39 do estatuto.

São Paulo, 02 de abril de 2025.

JULIANA MARI Assinado de forma digital
por JULIANA MARI
SAKAI:3446022 SAKAI:34460223848
3848 Dados: 2025.04.02
16:19:07 -03'00'

Juliana Mari Sakai
Diretora Executiva
Transparência Brasil

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 231,07	RS 65,60	RS 44,90	RS 12,21	RS 15,84	RS 11,03	RS 4,84	RS 0,00	RS 0,00	RS 385,49



Proclamação dos resultados

Alteração do Estatuto Social e eleição do Conselho Deliberativo

São Paulo, 24 de março de 2025.

Por meio do presente, proclamo os resultados da convenção realizada entre 06 e 21 de março de 2025 que tratou das seguintes pautas:

- 1. Alteração do Estatuto Social;**
- 2. Eleição do Conselho Deliberativo da Transparência Brasil para os próximos três anos.**

A votação ocorreu por meio de formulário eletrônico, de forma anônima, com convite à participação de todos os associados e associadas da Transparência Brasil.

1. Alteração do Estatuto Social

Foi disponibilizada a associados e associadas a versão atualizada do Estatuto Social, com destaque para as alterações propostas e um quadro comparativo para facilitar a análise. Conforme resultado da votação, as alterações foram aprovadas.

Resultado da votação:

- Total de votos: 13
- Votos a favor: 13 (100%)
- Votos contra/em branco: 0

2. Eleição do Conselho Deliberativo da Transparência Brasil para os próximos três anos.

Foi aberto período de inscrições para associados e associadas se candidatarem a uma das 15 vagas no Conselho Deliberativo. Foram registradas 14 candidaturas; todas pessoas foram eleitas para um mandato de três anos, com início em 01 de abril de 2025 e término em 31 de março de 2028.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 231,07	R\$ 65,60	R\$ 44,90	R\$ 12,21	R\$ 15,84	R\$ 11,03	R\$ 4,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 385,49



Cada associado e associada da Transparência Brasil teve a opção de votar em um ou mais candidatos, podendo votar em todas candidaturas se assim desejasse. A eleição teve votos de 13 associados, e cada conselheiro eleito recebeu pelo menos 11 votos.

Abaixo a relação de votos por candidatura:

Candidatas e candidatos ao Conselho Deliberativo	Votos
Antonio Augusto de Miranda e Souza	11
Bianca Vaz Mondo	13
Bruna Silva dos Santos	11
Eduardo Ribeiro Capobianco	12
Francisco Carvalho de Brito Cruz	11
Guilherme Alpendre	13
Kavita Miadaira Hamza	12
Luiz Fernando Vieira Vasconcellos de Miranda	11
Manoel Galdino Pereira Neto	11
Marcelo Kalil Issa	12
Maria Goretti Dal Bosco	13
Natalia Paiva	11
Pedro Ribeiro Telles	11
Rubens Naves	12

Os candidatos eleitos tomarão posse na primeira reunião do novo Conselho Deliberativo. A presente proclamação deve ser distribuída por via eletrônica aos associados da entidade.

JULIANA MARI
SAKAI:344602
23848

Assinado de forma
digital por JULIANA
MARI
SAKAI:34460223848
Dados: 2025.04.02
16:19:35 -03'00'

Juliana Mari Sakai
Diretora Executiva
Transparência Brasil

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 231,07	RS 65,60	RS 44,90	RS 12,21	RS 15,84	RS 11,03	RS 4,84	RS 0,00	RS 0,00	RS 385,49



Lista de votantes da convenção virtual da Transparência Brasil para votação das seguintes pautas:

- 1. Alteração do Estatuto Social;**
- 2. Eleição do Conselho Deliberativo da Transparência Brasil para os próximos três anos.**

Período de votação: 13/03/2025 à 21/03/2025

Associada ou associado

Email

Antonio Augusto De Miranda E Souza	augusto.miranda.souza@gmail.com
Bianca Vaz Mondo	b.vaz-mondo@outlook.com
Daniel Aguiar Espinola	danieladv@hotmail.com
Eduardo Ribeiro Capobianco	ecapobianco@grupoagis.com.br
Francisco Carvalho de Brito Cruz	fbritocruz@gmail.com
Guilherme Alpendre	galpendre@gmail.com
Kavita Miadaira Hamza	kavita@usp.br
Luiz Fernando Vieira Vasconcellos de Miranda	lfmiranda2005@yahoo.com.br
Manoel Galdino Pereira Neto	mcz.fea@gmail.com
Marcela Barretta	marcelabarretta@gmail.com
Marcelo Kalil Issa	marcelo.issa@pulsopublico.com.br
Maria Goretti Dal Bosco	gorettidalbosco@uol.com.br
Rubens Naves	rn@rnaves.com.br

A presente lista de associados votantes na consulta acima referida corresponde fielmente ao que se encontra registrado no sistema de votação eletrônica da Transparência Brasil.

São Paulo, 24 de março de 2025

JULIANA MARI

SAKAI:344602238

48

Assinado de forma digital por
JULIANA MARI
SAKAI:34460223848
Dados: 2025.04.02 16:20:09
-03'00'

Juliana Mari Sakai

Diretora Executiva

Transparência Brasil

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 231,07	RS 65,60	RS 44,90	RS 12,21	RS 15,84	RS 11,03	RS 4,84	RS 0,00	RS 0,00	RS 385,49

TRANSPARÊNCIA BRASIL

CNPJ: 03.741.616/0001-01

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I: DOS OBJETIVOS

Artigo 1º. A Transparência Brasil, com sede e foro na cidade de São Paulo, na Rua Professor João Marinho, 161 - Paraíso, SP, CEP: 04007-010, é uma associação sem fins econômicos ou lucrativos, destinada a promover a defesa do interesse público por meio da edificação da integridade do Estado brasileiro e o combate à corrupção, contribuindo para o aperfeiçoamento das instituições e do processo democrático.

Artigo 2º. Para cumprimento de suas finalidades a Transparência Brasil observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e poderá desenvolver as seguintes atividades, sem conotação político-partidária:

- I. Estabelecer redes, parcerias e intercâmbios com organizações não governamentais, universidades, poder público e outras entidades, facilitando a atuação desses órgãos e da sociedade civil, no âmbito nacional e internacional;
- II. Participar da criação, organização e atuação de entidades locais, internacionais e fóruns que tenham como objetivo a promoção do combate à corrupção;
- III. Apoiar pessoas, grupos, movimentos e organizações que lutam por reformas institucionais e conscientização pública;
- IV. Estimular e desenvolver estudos e trabalhos com a finalidade de incentivar a implantação de políticas públicas e atitudes privadas, evitando-se o uso indevido do Poder Público para benefício privado;
- V. Organizar e divulgar dados sobre a corrupção nas diversas esferas de governo e no setor privado;
- VI. Propor medidas para a defesa do interesse público;
- VII. Promover palestras, debates e encontros com outras instituições sobre o combate à corrupção, bem como estimular a participação dos(as) associados(as) em conferências e fóruns internacionais;

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 231,07	RS 65,60	RS 44,90	RS 12,21	RS 15,84	RS 11,03	RS 4,84	RS 0,00	RS 0,00	RS 385,49

- VIII. Ajudar órgãos e entidades ligadas ao Poder Público no planejamento, mobilização de recursos e implantação de projetos de combate à corrupção;
- IX. Divulgar e comunicar informações sobre o trabalho desenvolvido pela Transparência Brasil e outras entidades, além de projetos governamentais de combate à corrupção;
- X. Prestar serviços relacionados aos objetivos sociais, incluindo assessorias, consultorias, palestras, cursos, pesquisas, ações de formação e treinamento, elaboração de relatórios e construção de tecnologias cívicas (sites e aplicativos);
- XI. Desenvolver outras atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos sociais.

CAPÍTULO II: DOS(AS) ASSOCIADOS(AS)

Artigo 3º. São associados(as) da Transparência Brasil as pessoas, entidades e empresas nela regularmente inscritas, em qualquer das seguintes categorias:

- a) Associados(as) participantes: pessoas físicas, com direito a voz e voto na Convenção;
- b) Associadas institucionais: organizações da sociedade civil, cujos representantes credenciados têm direito a voz e voto na Convenção;
- c) Associadas apoiadoras: empresas, sem direito a voto em Convenção.

§ 1º. Os(As) associados(as) participantes e os(as) representantes de associadas institucionais têm direito a ocupar cargos nos órgãos eletivos da Transparência Brasil.

§ 2º. Para ingressar no quadro de associados(as) da Transparência Brasil, o(a) interessado(a) deverá ser aprovado(a) pelo Conselho Deliberativo. Em nenhuma hipótese, em caso de rejeição, serão comunicadas as razões da recusa.

§ 3º. No ato de solicitação de associação, associadas institucionais designarão representantes credenciados(as); a substituição de representante credenciado(a) de associada institucional em qualquer tempo se fará por comunicação à Transparência Brasil.

Artigo 4º. São considerados(as) fundadores(as) os(as) signatários(as) do ato constitutivo da Transparência Brasil e os(as) que aderiram a esse ato até 4 (quatro) meses a partir da data de sua criação.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 231,07	RS 65,60	RS 44,90	RS 12,21	RS 15,84	RS 11,03	RS 4,84	RS 0,00	RS 0,00	RS 385,49

Artigo 5º. São requisitos para a admissão de associado(a):

- I. Estar comprometido(a) com a finalidade da Transparência Brasil;
- II. Obrigar-se a contribuir para a consecução dos objetivos da Transparência Brasil;
- III. Apresentar manifestação de intenção de associar-se, em que esteja expressa concordância em efetuar contribuição financeira periódica à Transparência Brasil.

Artigo 6º. São direitos dos(as) associados(as):

- I. Participar, na forma prevista pelos órgãos competentes, das atividades da Transparência;
- II. Desligar-se da Transparência Brasil, mediante solicitação dirigida ao Conselho;
- III. Ter acesso a informações pertinentes à Transparência Brasil.

Artigo 7º. São deveres dos(as) associados(as):

- I. Cumprir as disposições estatutárias;
- II. Estar comprometido com os objetivos da Transparência Brasil, cooperando para a consecução dos fins sociais;
- III. Pagar as contribuições devidas;
- IV. Manter atualizadas as suas informações cadastrais.

Parágrafo Único: Os(as) associados(as) não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações da Transparência Brasil.

Artigo 8º. Os(As) associados(as) participantes e os(as) representantes(as) das associadas institucionais, admitidos(as) após a aprovação deste Estatuto, terão direito a voto na Convenção somente após o cumprimento de um período de quarentena de 3 (três) anos, contados da data da sua admissão.

§ 1º. Para adquirir o direito a voto, o(a) associado(a) deverá contribuir financeiramente de forma regular com a organização durante o período de quarentena. Em caso de inadimplência, o direito de voto ficará suspenso até a regularização dos pagamentos.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 231,07	RS 65,60	RS 44,90	RS 12,21	RS 15,84	RS 11,03	RS 4,84	RS 0,00	RS 0,00	RS 385,49

§ 2º. A candidatura aos órgãos de governança independe do cumprimento da regra de quarentena prevista no *caput* do artigo 8º, sendo permitida a eleição do(a) associado(a) desde sua admissão.

§ 3º. Os(As) associados(as) admitidos(as) antes da aprovação deste Estatuto manterão seus direitos adquiridos, incluindo o poder de voto, desde que continuem a cumprir suas obrigações estatutárias e contribuições financeiras regulares.

Artigo 9º. O(A) associado(a) poderá ser advertido(a), suspenso(a) pelo prazo de 6 (seis) meses ou excluído(a) do quadro associativo, a depender da gravidade e reincidência do ato, se:

- I. Infringir as disposições estatutárias, regimentos ou qualquer decisão dos órgãos da Transparência Brasil;
- II. Deixar de cumprir seus deveres de associado(a);
- III. Praticar ato prejudicial ao patrimônio ou à imagem da Transparência Brasil.

Artigo 10. Ao(À) associado(a) serão assegurados os direitos de defesa e recurso em procedimento de aplicação de penalidade, a ser iniciado de ofício pelo(a) Presidente do Conselho Deliberativo, ou a partir de denúncia a ele(a) apresentada, facultado o anonimato.

§ 1º. A denúncia e demais documentos pertinentes serão encaminhados ao colegiado do Conselho Deliberativo, que poderá designar um comitê composto por membros(as) internos(as) ou convidados(as) para auxiliá-lo na apuração dos fatos e recomendação da penalidade a ser aplicada.

§ 2º. O Conselho Deliberativo deverá comunicar o(a) denunciado(a), por escrito, sobre a instauração do procedimento, indicando as condutas a ele(a) atribuídas e a abertura de prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de defesa escrita, contados da data da comunicação.

§ 3º. Ao final do prazo, o Conselho Deliberativo deverá apreciar a defesa e deliberar sobre o caso, notificando o(a) denunciado(a) sobre eventual aplicação de penalidade. O(A) membro(a) poderá apresentar recurso à Convenção, sem efeito suspensivo, em até 15 (quinze) dias da notificação.

§ 4º. Se excluído(a), qualquer que seja o motivo, o(a) associado(a) não terá o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for.

Artigo 11. O(A) denunciado(a) não poderá participar do procedimento de aplicação de penalidade a ele(a) direcionado, devendo se ausentar de qualquer discussão ou deliberação que o(a) envolva direta ou indiretamente.

CAPÍTULO III: DA ORGANIZAÇÃO

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 231,07	RS 65,60	RS 44,90	RS 12,21	RS 15,84	RS 11,03	RS 4,84	RS 0,00	RS 0,00	RS 385,49

Artigo 12. São órgãos da Transparência Brasil:

- I. Convenção;
- II. Conselho Deliberativo;
- III. Secretariado;
- IV. Conselho Fiscal.

Da Convenção

Artigo 13. A Convenção é a Assembleia Geral da Transparência Brasil, reunindo os(as) associados(as). Compete à Convenção:

- I. Traçar as diretrizes gerais da Transparência Brasil, assim como avaliar a sua atuação;
- II. Eleger e destituir os(as) membros(as) do Conselho Fiscal;
- III. Eleger e destituir os(as) membros(as) do Conselho Deliberativo;
- IV. Destituir os(as) administradores(as), ouvido o Conselho Deliberativo;
- V. Apreciar as contas da Transparência Brasil, aprovadas pelo Conselho Deliberativo;
- VI. Alterar este Estatuto;
- VII. Deliberar sobre a transformação ou extinção da Transparência Brasil e o destino do patrimônio;
- VIII. Examinar recursos apresentados por associados às decisões do Conselho Deliberativo.

§ 1º. A Convenção será realizada anualmente e poderá ser convocada, extraordinariamente, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias por deliberação da maioria absoluta do Conselho Deliberativo e/ou por 1/5 (um quinto) dos(as) associados(as).

§ 2º. O voto de associados(as) em Convenção poderá ser exercido por procuração explícita a outros(as) associados(as), vedando-se a procuração a não associados(as).

§ 3º. As Convenções serão convocadas pelo(a) Presidente do Conselho Deliberativo ou seu substituto, mediante correspondência aos(às) associados(as), mencionando-se o dia, a hora e o local da sua realização, bem como, expressa e claramente, a Ordem do Dia a ser debatida.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 231,07	RS 65,60	RS 44,90	RS 12,21	RS 15,84	RS 11,03	RS 4,84	RS 0,00	RS 0,00	RS 385,49

§ 4º. A convocação da Convenção dar-se-á por carta remetida ao endereço físico ou eletrônico do associado.

§ 5º. Para as deliberações que tenham por objeto a destituição de administradores(as) ou a alteração do Estatuto Social serão exigidos os votos concordes na forma de quórum previsto na legislação aplicável. Nas demais matérias, as deliberações serão tomadas pela maioria absoluta dos(as) presentes à Convenção, ressalvado que, quando se tratar da dissolução da Transparência Brasil, será exigido um quórum de, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos(as) associados(as).

Do Conselho Deliberativo

Artigo 14. O Conselho Deliberativo será composto de um máximo de 15 (quinze) membros(as), eleitos(as) pela Convenção dentre os(as) associados(as) participantes e representantes das associadas institucionais, para mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução.

§ 1º. Os mandatos dos(as) membros(as) do Conselho Deliberativo poderão ser prorrogados até que se realize nova eleição para preenchimento dos cargos. Enquanto não houver eleição, ficam os membros investidos no cargo com poderes para tomar decisões.

§ 2º. Os(As) membros(as) do Conselho Deliberativo não serão remunerados(as).

Artigo 15. Ao Conselho Deliberativo compete:

- I. Supervisionar as atividades da Transparência Brasil;
- II. Aprovar a indicação do(a) Diretor(a) Executivo(a);
- III. Aprovar o orçamento para o exercício seguinte;
- IV. Julgar as contas do Secretariado, com base em parecer do Conselho Fiscal;
- V. Dispor sobre seu próprio funcionamento;
- VI. Examinar quaisquer atos do Secretariado;
- VII. Decidir sobre a suspensão ou exclusão de associados(as);
- VIII. Deliberar sobre a contribuição de associados(as);
- IX. Adotar e estabelecer, para todos os órgãos da Transparência Brasil, práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação nos respectivos processos decisórios.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 231,07	RS 65,60	RS 44,90	RS 12,21	RS 15,84	RS 11,03	RS 4,84	RS 0,00	RS 0,00	RS 385,49

§ 1º. O(A) membro(a) do Conselho Deliberativo abster-se-á de votar matérias em que esteja envolvido seu interesse pessoal, de associados(as) e familiares;

§ 2º. As decisões do Conselho Deliberativo serão tomadas pela maioria dos que participarem de suas reuniões.

§ 3º. Das decisões do Conselho Deliberativo caberá recurso à Convenção.

Artigo 16. A cada três anos, os(as) membros(as) do Conselho Deliberativo elegerão o(a) Presidente e o(a) Vice-Presidente do Conselho, os(as) quais poderão ser reconduzidos(as) a esses cargos em eleições subsequentes.

Artigo 17. O Conselho Deliberativo reunir-se-á, pelo menos, 1 (uma) vez por ano e sempre que convocado pelo(a) seu(sua) Presidente ou por 3 (três) de seus(suas) membros(as).

Artigo 18. Compete ao(à) Presidente do Conselho Deliberativo:

- I. Convocar as reuniões do Conselho Deliberativo e presidi-las;
- II. Convocar as Convenções e presidi-las;
- III. Representar o Conselho Deliberativo perante os demais órgãos da Transparência Brasil e os associados;
- IV. Indicar o(a) Diretor(a) Executivo(a);
- V. Em conjunto com o(a) Diretor(a) Executivo(a), estabelecer a política de remuneração dos integrantes do Secretariado.

Artigo 19. Compete ao(à) Vice-Presidente substituir o(a) Presidente em suas faltas ou impedimentos, momentâneos ou temporários.

Artigo 20. Para promover maior dinamismo e engajamento nas decisões estratégicas, o Conselho Deliberativo poderá formar grupos de trabalho ou comitês, que atuarão de forma consultiva, observadas as seguintes diretrizes: i) os grupos poderão contar com a participação de especialistas externos(as) ou convidados(as); e ii) os resultados e recomendações dos grupos deverão ser apresentados ao Conselho Deliberativo para deliberação, quando necessário.

Parágrafo único. A composição, plano de trabalho e forma de funcionamento dos grupos serão definidos pelo Conselho Deliberativo em ata ou regulamento próprio.

Do Secretariado

Artigo 21. O Secretariado será dirigido por 1 (um) Diretor(a) Executivo(a). -

Artigo 22. Compete ao(à) Diretor(a) Executivo(a):

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 231,07	RS 65,60	RS 44,90	RS 12,21	RS 15,84	RS 11,03	RS 4,84	RS 0,00	RS 0,00	RS 385,49

- I. Implementar as diretrizes definidas pelo Conselho Deliberativo, agindo de conformidade com sua orientação;
- II. Elaborar, anualmente, o programa de trabalho e o orçamento da instituição e submetê-los ao Conselho Deliberativo;
- III. Dirigir as atividades da instituição e praticar os atos de gestão administrativa;
- IV. Estabelecer diretrizes sobre as atividades do pessoal que presta serviços à Transparência Brasil;
- V. Representar a Transparência Brasil ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- VI. Coordenar as atividades da entidade;
- VII. Participar das reuniões do Conselho Deliberativo, com direito a voz mas sem direito a voto.

Artigo 23. O(A) Diretor(a) Executivo(a) poderá outorgar mandatos para que a Associação seja representada por outros(as) que não ele(a).

Artigo 24. O(A) Diretor(a) Executivo(a) poderá, isoladamente ou por meio de seu(sua) procurador(a), assinar contratos, convênios e demais ajustes e realizar todos os atos de gestão cotidiana em nome e no interesse da Transparência Brasil.

Parágrafo Único: Os seguintes atos dependerão de assinatura conjunta do(a) Diretor(a) Executivo(a) e do(a) Presidente do Conselho Deliberativo, ou dos(as) procuradores(as) por estes(as) designados(as):

- I. Emissão de cheques, garantias, movimentações financeiras e aquisição de financiamento ou empréstimos;
- II. Aquisição ou constituição de ônus sobre bens imóveis da Transparência Brasil, bem como venda, permuta, transferência ou qualquer forma de alienação desses bens;
- III. Aceitação de doação ou legados com encargos e nome da Transparência Brasil.

Do Conselho Fiscal

Artigo 25. O Conselho Fiscal será composto por até 3 (três) membros(as) eleitos(as) pela Convenção para mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução para mais 1 (um) mandato.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 231,07	RS 65,60	RS 44,90	RS 12,21	RS 15,84	RS 11,03	RS 4,84	RS 0,00	RS 0,00	RS 385,49

Artigo 26. Ao Conselho Fiscal compete:

- I. Opinar sobre relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre operações patrimoniais realizadas, emitindo os competentes pareceres;
- II. Zelar pela observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade, na prestação de contas e atos correlatos da Transparência Brasil.

Artigo 27. Os(As) membros(as) do Conselho Fiscal se reunirão ordinariamente uma vez por ano, nos termos do Artigo 39, e a qualquer tempo quando convocados(as) pelo Conselho Deliberativo.

Parágrafo Único: Os(As) membros(as) do Conselho Fiscal não serão remunerados(as).

CAPÍTULO IV: DA PUBLICIDADE DOS ATOS

Artigo 28. A Transparência Brasil dará publicidade, por qualquer meio eficaz, após o encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras referentes ao período, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão(ã).

Artigo 29. A Transparência Brasil publicará resumos de atas de reuniões de todos os seus órgãos.

Artigo 30. Para assegurar a transparência na aplicação dos recursos da Transparência Brasil, o Secretariado deverá:

- I. Permitir a realização de auditoria, inclusive por auditores(as) externos(as) independentes, da aplicação de eventuais recursos objeto de termos de parceria;
- II. Prestar contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pela Transparência Brasil, em conformidade com o que determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO V: DO PATRIMÔNIO

Artigo 31. O patrimônio da Transparência Brasil será constituído pelos bens móveis, imóveis e imateriais que venham a ser acrescidos por meio de doações, legados e pela aplicação de receitas.

Artigo 32. Constituem receitas ordinárias:

- I. A contribuição mensal dos(as) associados(as);

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 231,07	R\$ 65,60	R\$ 44,90	R\$ 12,21	R\$ 15,84	R\$ 11,03	R\$ 4,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 385,49

II. A renda patrimonial;

III. Contribuições voluntárias, doações, subvenções e dotações.

Artigo 33. Na hipótese de dissolução da Transparência Brasil, o respectivo patrimônio líquido será transferido para pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99, preferencialmente para aquela que tenha o mesmo objeto social da extinta.

Artigo 34. Na hipótese de a Transparência Brasil perder a qualificação instituída na Lei nº 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da referida Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

CAPÍTULO VI: DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 35. A Transparência Brasil é constituída por prazo indeterminado, competindo à Convenção decidir, nos termos deste estatuto, sobre sua eventual extinção.

Artigo 36. Os casos omissos ou duvidosos no presente estatuto serão resolvidos pelo(a) Presidente do Conselho Deliberativo em conjunto com o(a) Diretor(a) Executivo(a), cabendo recurso ao Conselho Deliberativo.

Artigo 37. São impedidos de exercer cargos no Conselho Deliberativo, no Secretariado e no Conselho Fiscal os(as) membros(as) do Poder Legislativo em seus diferentes níveis, os(as) dirigentes do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Administração Pública direta, indireta e fundacional, bem como pessoas que estejam concorrendo a cargos eletivos ou de indicação sujeita a eleição *interna corporis*.

Artigo 38. Todos os órgãos da Transparência Brasil poderão reunir-se e tomar decisões presencial ou virtualmente, por troca de mensagens eletrônicas, correio ou outro meio de comunicação que assegure a autenticidade da manifestação.

Artigo 39. Reuniões presenciais dos órgãos da Transparência Brasil são sujeitas a quórum de 50% de seus integrantes em primeira convocação e de qualquer número em segunda convocação.

§ 1º. A segunda convocação far-se-á 30 (trinta) minutos após a primeira.

§ 2º. O quórum de reuniões virtuais será garantido pela manutenção de um prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para a manifestação dos respectivos integrantes.

Página
000016/000020
Registro Nº
803.836
24/04/2025

Protocolo nº 943.907 de 03/04/2025 às 09:47:10h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **803.836** em **24/04/2025** e averbado no registro nº 803.835 neste **3º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Danilo Monteiro de Campos - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 231,07	RS 65,60	RS 44,90	RS 12,21	RS 15,84	RS 11,03	RS 4,84	RS 0,00	RS 0,00	RS 385,49

São Paulo, 24 de março de 2025

JULIANA MARI
SAKAI:344602
23848

Assinado de forma digital por JULIANA MARI
SAKAI:34460223848
Dados: 2025.04.02 16:20:44 -03'00'

Juliana Mari Sakai
Diretora Executiva

Advogadas responsáveis:

RAQUEL ELISA
MARTONE
GRAZZIOLI:4207
8623822

Assinado de forma digital por RAQUEL ELISA MARTONE
GRAZZIOLI:42078623822
Dados: 2025.04.02 19:09:04 -03'00'

Raquel Grazzioli
OAB/SP 425.846

SUSIE YUMIKO
FUGII

Assinado de forma digital por SUSIE YUMIKO FUGII
Dados: 2025.04.02 18:55:57 -03'00'

Susie Fugii
OAB/SP 455.200

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 231,07	RS 65,60	RS 44,90	RS 12,21	RS 15,84	RS 11,03	RS 4,84	RS 0,00	RS 0,00	RS 385,49



QUALIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO

24 de março de 2025

Qualificação completa do Conselho Deliberativo da Transparência Brasil no pleito apurado em 24 de março de 2025.

Antonio Augusto de Miranda e Souza, casado, administrador, brasileiro, residente à Avenida Araucárias, 4530, Águas Claras, 71936-250, Brasília - DF, portador do RG n.º 35.743.878-4 SSP/SP e inscrito no CPF sob o n.º 641.734.106-20; augusto.miranda.souza@gmail.com.

Bianca Vaz Mondo, casada, pesquisadora, brasileira, residente à Heidestrasse 146b, 60385, Frankfurt, Alemanha, portadora do RG n.º 30.025.952-9 SSP/SP e inscrita no CPF sob o n.º 335.586.688-12; b.vaz-mondo@outlook.com.

Bruna Santos, solteira, bacharel em relações internacionais, brasileira, residente à Coronel Romão, 1064, 96570-000, Caçapava do Sul - RS, portadora do RG n.º 12.567.600-7 SSP/SP inscrita no CPF sob o n.º 012.444.610-83; b.santos.ri@gmail.com.

Eduardo Ribeiro Capobianco, casado, administrador de empresas, brasileiro, residente à Rua Alberto Faria, 1333, Alto de Pinheiros, 05459-001, São Paulo – SP, portador do RG n.º 4.797.104-6 SSP/SP inscrito no CPF sob o n.º 819.271.188-91; ecapobianco@grupoagis.com.br.

Francisco Carvalho de Brito Cruz, casado, advogado, brasileiro, residente à Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1957, 01452-001, São Paulo - SP, portador do RG n.º 46.006.669-9 SSP/SP inscrito no CPF sob o n.º 396.420.168-50; fbritocruz@gmail.com.

Guilherme Alpendre, solteiro, jornalista, brasileiro, residente à Rua Gustavo Sampaio, 390, ap. 303 - Leme, 22010-010, Rio de Janeiro - RJ, portador do RG n.º 35.676.897-8 DETRAN/RJ e inscrito no CPF sob o n.º 316.338.958-90; galpendre@gmail.com.

Kavita Miadaira Hamza, solteira, professora, brasileira, residente à Rua José Augusto Penteadado, 63, apto 93 - Sumaré, 01257-010, São Paulo – SP, portadora do RG n.º 26.391.261-9 SSP/SP e inscrita no CPF sob o n.º 246.510.348-29; kavita@usp.br.

Luiz Fernando Vieira Vasconcellos de Miranda, solteiro, cientista político, brasileiro, residente à Travessa Benjamin Constant, 1122/102, Nazaré, Belém/PA. CEP: 66.035-060,

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 231,07	RS 65,60	RS 44,90	RS 12,21	RS 15,84	RS 11,03	RS 4,84	RS 0,00	RS 0,00	RS 385,49



portador do RG n.º 11.727.223-7 Detran/RJ inscrito no CPF sob o n.º 084.580.847-83; lfmiranda2005@yahoo.com.br.

Manoel Galdino Pereira Neto, casado, professor, brasileiro, residente à Praça Monteiro Lobato, 84, Butantã, 05506-030, São Paulo - SP, portador do RG n.º 38996613 SSP/SP e inscrito no CPF sob o n.º 009.475.104-86; mcz.fea@gmail.com.

Marcelo Kalil Issa, casado, cientista político e advogado, brasileiro, residente à Rua Domingos Augusto Setti, 93, Jardim Vila Mariana, 04116-070, São Paulo - SP, portador do RG n.º 44.084.310-8 SSP/SP e inscrito no CPF sob o n.º 290.604.898-45; marcelo.issa@pulsopublico.com.br.

Maria Goretti Dal Bosco, vivendo em união estável, advogada, brasileira, residente à Rua Helena Meira Lima, 345, Tambaú, 58039-080, João Pessoa - PB, portadora do RG n. 1.574992 SSP/MS e inscrita no CPF sob o nº 390.836.161-34; gorettdalbosco@uol.com.br.

Natalia Eunice Paiva Moreira, casada, empresária, brasileira, residente à Praça Monteiro Lobato, 84, Butantã, 05506-030, São Paulo - SP, portadora do RG n.º 97002345814 - SSP/CE e inscrita no CPF sob o n.º 625.381.013-87; natalia@alandar.com.br.

Pedro Ribeiro Telles, casado, comunicólogo, residente à Rua Jureia, 882, 04140-110, São Paulo - SP, portador do RG n.º 43.945.721-x SSP/SP e inscrito no CPF sob o n.º 368.216.348-40; pedrortelles@gmail.com.

Rubens Naves, divorciado, advogado, brasileiro, residente à Rua Senador César Lacerda Vergueiro, 511, aptos 102/112, Sumarezinho, 05435-060, portador do RGn.º 26352409 SSP/SP São Paulo - SP, inscrito no CPF sob o n.º 026.799.308-00; rubens.naves@rnsj.com.br.

JULIANA MARI Assinado de forma digital por JULIANA MARI
SAKAI:344602 SAKAI:34460223848
23848 Dados: 2025.04.02 16:21:01 -03'00'

Juliana Mari Sakai
Diretora Executiva
Transparência Brasil

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 231,07	RS 65,60	RS 44,90	RS 12,21	RS 15,84	RS 11,03	RS 4,84	RS 0,00	RS 0,00	RS 385,49



Convocação: Convenção para alteração do Estatuto Social e eleição do Conselho Deliberativo

São Paulo, 06 de março de 2025

Por meio do presente, em nome do presidente do Conselho Deliberativo, Eduardo Ribeiro Capobianco, e em conformidade com convocação aprovada pelo Conselho Deliberativo e o art. 10 do estatuto, realizo a convocação de V.S. para a convenção, cuja votação será realizada online no período de 13 de março de 2025 a 21 de março de 2025 para a escolha das seguintes pautas:

- 1. Alteração do Estatuto Social;**
- 2. Eleição do Conselho Deliberativo da Transparência Brasil para os próximos três anos.**

Eleição do Conselho Deliberativo

Associados e associadas que queiram se candidatar ao Conselho devem obrigatoriamente até o dia 12.mar.2025:

Preencher o formulário de inscrição;

Enviar um e-mail com título "Eleição - Conselho Deliberativo" manifestando interesse na posição com nome completo, mini-biografia, currículo para jsakai@transparencia.org.br.

Cronograma

Inscrições para candidaturas ao Conselho Deliberativo: 06.mar.2025 até 12.mar.2025;

No dia 13.mar.2025 será enviado formulário para votação das duas pautas. A votação ficará aberta até dia 21.mar.2025;

Divulgação do resultado: 24.mar.2025.

O Conselho

Aproveito para lembrar as funções dos conselheiros da Transparência Brasil, conforme indicado no artigo 12 de nosso Estatuto, transcrito abaixo:

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 231,07	RS 65,60	RS 44,90	RS 12,21	RS 15,84	RS 11,03	RS 4,84	RS 0,00	RS 0,00	RS 385,49



Ao Conselho Deliberativo compete:

I supervisionar as atividades da Transparência Brasil;

II aprovar a indicação do Diretor Executivo;

III aprovar o orçamento para o exercício seguinte;

IV julgar as contas do Secretariado, com base em parecer do Conselho Fiscal;

V dispor sobre seu próprio funcionamento;

VI examinar quaisquer atos do Secretariado;

VII decidir sobre a suspensão ou exclusão de associados;

VIII deliberar sobre a contribuição dos associados;

IX adotar e estabelecer, para todos os órgãos da Transparência Brasil, práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação nos respectivos processos decisórios;

§ 1º O membro do Conselho Deliberativo abster-se-á de votar matérias em que esteja envolvido seu interesse pessoal, de associados e familiares;

§ 2º As decisões do Conselho Deliberativo serão tomadas pela maioria dos que participarem de suas reuniões.

§ 3º Das decisões do Conselho Deliberativo caberá recurso à Convenção.

JULIANA MARI Assinado de forma digital
por JULIANA MARI
SAKAI:344602 SAKAI:34460223848
23848 Dados: 2025.04.02
16:21:31 -03'00'

Juliana Mari Sakai
Diretora Executiva
Transparência Brasil